

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2010**  
**(Do Sr. Júlio Delgado)**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre os procedimentos referentes ao *recall* para correção de falha de fabricação nos veículos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre os procedimentos referentes ao *recall* para correção de falha de fabricação nos veículos.

Art. 2º O art. 113 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art.  
113.....

§ 1º *As empresas referidas no caput, em caso de necessidade de recall, para correção de falha de fabricação nos veículos, encaminharão ao órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal listagem com os números dos chassis dos veículos que devem ser reparados.*

§ 2º *O atendimento ao recall é obrigatório, nos termos da intimação a ser encaminhada ao proprietário do veículo pelo órgão executivo de trânsito, para a realização do reparo, no prazo estipulado, conforme regulamentação do CONTRAN.*

§ 3º *Realizado o serviço constante do recall, as empresas responsáveis emitirão comprovante ao*

*proprietário do veículo e encaminharão ao órgão executivo de trânsito listagem contendo os números dos chassis dos veículos reparados.”*

Art. 3º A Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

*“Art. 230-A. Deixar de atender ao recall, para o reparo previsto no veículo.*

*INFRAÇÃO: Grave;*

*PENALIDADE: Multa;”*

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A proposta parte do princípio de que muitos reparos comunicados por meio de *recall* são de suma importância, uma verdadeira questão de segurança pública, uma vez que o defeito pode comprometer a suspensão, a direção ou os freios.

Contudo, nem sempre os proprietários dão a atenção devida ao *recall* e, sem os reparos executados, muitos veículos seguem trafegando sem condições básicas de segurança.

Assim, cabe instituir mecanismos administrativos de controle sobre os veículos alvo do *recall*, principalmente os que não são reparados, por displicência dos seus proprietários.

Pela importância dessa iniciativa, esperamos que seja aprovada pelos ilustres Parlamentares.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2010.

Deputado JÚLIO DELGADO